



Créditos da Imagem: Depositphotos

ECONOMIA

O Setor Privado e o Contrato Social

por **CARLOS A. PRIMO BRAGA**

A década de 20 promete. Ela teve início em meio a uma das pandemias mais letais dos últimos 100 anos. O debate sobre como enfrentar a Covid-19 escancarou a deterioração da confiança em muitos governos ao redor do mundo. As implicações econômicas dessa crise vêm alimentando uma tendência crescente de desigualdade social. E o fenômeno

da “pós-verdade”, associado à difusão de *fake news* nas redes sociais, vem estimulando a polarização política. A “Grande Mentira” do momento é que Donald Trump teria vencido as eleições presidenciais nos EUA.

Os paralelos com a década de 20 do século passado são intrigantes. Naquela oportunidade, uma pandemia (a Gripe Espanhola, 1918-20) também desestabilizou sociedades, provocando mais de 40 milhões de mortes. O final da Primeira Guerra Mundial, por sua vez, resultou em uma série de ajustes econômicos e geopolíticos. A expansão financeira que se seguiu culminou com a crise de 1929 e a Grande Depressão. A “Grande Mentira” da época foi a tese de que a derrota da Alemanha teria sido causada por uma conspiração elitista comandada por judeus, um *meme* central da doutrina nazista.

Os paralelos entre as duas décadas podem ser uma mera coincidência. A onda populista que elegeu líderes como Donald Trump parece estar perdendo força, como ilustrado pela eleição de Joe Biden nos EUA. A realidade, porém, é que os níveis de polarização política em muitos países (inclusive no Brasil) permanecem elevados e crescem as dúvidas sobre a sustentabilidade do contrato social, qual seja o consentimento explícito ou implícito de que o governo tenha a autoridade de regular os direitos de agentes econômicos e de indivíduos em troca de garantias de manutenção da ordem social.

Até recentemente, a visão dominante sobre o papel do setor privado no contexto do contrato social contemporâneo era influenciada pelas ideias de Milton Friedman. Em um artigo publicado em 1970, no *New York Times*, Friedman citava o seu livro *Capitalism and Freedom*, afirmando que a “responsabilidade social da empresa [é a de] usar seus recursos e se dedicar a atividades voltadas para aumentar os seus lucros desde que se mantenha no âmbito das regras do jogo...”

Nos últimos anos, porém, essa visão passou a ser questionada. Zingales (2020), por exemplo, observa que as condições necessárias para que a maximização de lucros privados gere resultados sociais positivos são bastante restritivas.

Elas incluem as seguintes hipóteses: (1) as empresas operam em mercados competitivos, não tendo poder de determinar preços ou afetar decisões de agências reguladoras; (2) externalidades (por exemplo, poluição) não existem ou são perfeitamente controladas pelo governo via impostos ou regulação; e (3) contratos são completos no sentido de cobrir todas as contingências possíveis. Evidentemente, tais condições não refletem a realidade.

Como discutido em Primo Braga (2020), instituições como a *Business Roundtable*, nos EUA, já vinham defendendo uma visão alternativa para o comportamento do setor privado, baseada no conceito do capitalismo de propósito. De acordo com essa perspectiva, a procura de um equilíbrio maior entre o objetivo de maximização de lucros e propósitos mais gerais, envolvendo a preocupação com o meio ambiente, considerações sociais e princípios éticos, seria a melhor forma de garantir resultados positivos no longo prazo.

O problema enfrentado pelos adeptos do capitalismo de propósito é a dificuldade de explicitar os custos e benefícios associados à agenda de diferentes *stakeholders* (acionistas, empregados, fornecedores, clientes e afins). Infelizmente, não existe um método consensual para se agregar os interesses dos diferentes grupos de *stakeholders*. Esse fato não deve causar surpresa àqueles que conhecem o Teorema da Impossibilidade de Kenneth Arrow, qual seja, a impossibilidade de se utilizar votos para obter uma solução que reflita as preferências dos *stakeholders* e que seja ao mesmo tempo democrática e coerente – veja Matsusaka (2020). Isso faz com que o processo decisório inevitavelmente seja determinado de uma forma discricionária com base nas preferências dos executivos das empresas. Por conseguinte, não há uma garantia que tal processo leve a resultados que favoreçam o bem-estar social em comparação com uma estratégia de maximização de lucros.

Uma forma de ilustrar o dilema enfrentado por executivos interessados em promover uma agenda social é a experiência da Rede Wal-Mart, nos EUA. Após um tiroteio que deixou 23 mortos no estacionamento de uma loja Wal-Mart, no

Texas, em 2019, a rede decidiu suspender a venda de certos tipos de munição e adotar uma posição pública a favor de políticas de maior controle na venda de armas. Essas decisões foram recebidas de forma distinta em condados de maioria Democrata (reação positiva) e em condados de maioria Republicana (reação negativa), ilustrando a dificuldade de se adotar uma resposta que atenda a todos os *stakeholders*, no caso de temas politicamente controversos.

Este debate ganha uma relevância ainda maior em um momento histórico caracterizado por rápida transformação tecnológica. Dúvidas sobre a validade do “contrato social” em democracias vêm aumentando, refletindo as dificuldades que esses regimes têm em coibir a propagação de *fake news* e em controlar a concentração de poder econômico em empresas de tecnologia.

Cabe também reconhecer que os problemas sociais preexistentes foram exacerbados pela Covid-19. Otimistas apostam em uma recuperação econômica rápida em 2021, refletindo a chegada de vacinas e a melhoria de tratamentos terapêuticos para o SARS-Cov2. A realidade, porém, é que a letra K, como discutido em Primo Braga (2021), oferece uma leitura mais apropriada para a trajetória econômica da crise nos próximos meses.

Uma trajetória no formato da letra K está associada a uma piora na distribuição de renda, na medida em que pessoas/empresas que tendem a se recuperar mais rapidamente (a perna ascendente do K) do impacto da pandemia são exatamente aquelas com ativos financeiros significativos e/ou capazes de operar em ambientes digitais. As camadas mais pobres da sociedade e as empresas mais dependentes de interações face a face veem a sua renda declinar em termos relativos.

Programas de seguro-desemprego, de apoio financeiro a empresas, de transferências de renda e de incentivos para a manutenção de emprego contribuíram para um aumento temporário da renda disponível em meio à recessão e ao desemprego crescente. Mudanças nos padrões de consumo, particularmente a queda de gastos com serviços, e a diminuição do valor do serviço de dívidas,

refletindo baixas taxas de juros, promoveram um aumento da poupança. A continuidade dessas políticas, no entanto, é uma questão em aberto.

Em muitos países, o expansionismo fiscal que vem caracterizando a resposta à pandemia terá de ser gradualmente reduzido para evitar crises de sustentabilidade da dívida pública e/ou processos inflacionários. A trajetória em K se tornará mais explícita, já que a recuperação do mercado de trabalho tende a ocorrer a uma velocidade menor do que a valorização de ativos de risco em um ambiente marcado por políticas monetárias expansionistas. Como consequência, o perigo de esgarçamento do contrato social irá aumentar.

Para o setor privado, ignorar tal perigo é uma estratégia de alto risco. A tese de que um capitalismo de propósito irá corrigir essas tensões será testada na prática. Executivos terão de identificar com maior precisão quais são os *stakeholders* que têm um papel crítico para as suas empresas, priorizando aqueles que têm um compromisso de longo prazo com as mesmas, sejam eles empregados, fornecedores, clientes ou investidores. Isso poderá implicar na postergação de estratégias de maximização de lucros no curto prazo, criando desafios para empresas de capital aberto.

Em síntese, é importante reconhecer que, caso a retórica do capitalismo de propósito não se traduza em resultados sociais relevantes, a crise dessa década poderá colocar em cheque não apenas resultados econômicos, mas também a sobrevivência de regimes democráticos. A experiência trágica do século passado serve de alerta.

PARA SE APROFUNDAR NO TEMA

Friedman, M. The Social Responsibility of Business is to Increase Its Profits. *The New York Times*, 13 set. 1970.

Matsusaka, J.G. A Challenge for Stakeholder Capitalism: Solving the Paradoxes of Voting. In: L. Zingales; J. Kasperkevic; A. Schechter (eds.). *Milton Friedman 50 Years Later*. Chicago: Stigler Center, 2020.

Primo Braga, C.A. A pandemia e o futuro do capitalismo. *Dom Contexto*, 2020.

Primo Braga, C.A. Reflexões sobre o K e a encruzilhada fiscal. *Valor Econômico*, 28 jan. 2021

Zingales, L. Friedman's Legacy: From Doctrine to Theorem. In: L. Zingales; J. Kasperkevic; A. Schechter (eds.). *Milton Friedman 50 Years Later*. Chicago: Stigler Center, 2020.



**CARLOS
A. PRIMO
BRAGA**



É professor associado da Fundação Dom Cabral e ex-diretor de Política Econômica e Dívida do Banco Mundial.